

QUESTÕES EDUCACIONAIS DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ, ANOS 2007 E 2015

Luciana Virginia Mario Bernardo¹
Maycon Jorge Ulisses Saraiva Farinha²
Adelsom Soares Filho³

BERNARDO, L. V. M.; FARINHA, M. J. U. S.; FILHO, A. S. Questões educacionais da região oeste do Paraná, anos 2007 e 2015. **EDUCERE** – Revista de Educação, Umuarama, v. 22, n. 1, p. 215-229. 2022.

RESUMO: Questões educacionais podem contribuir com o desenvolvimento das localidades e regiões, pois influenciam a formação do capital humano, contudo, proporcionar maior quantidade de anos escolares para a população depende de investimentos, públicos e privados. Desta forma, o objetivo da pesquisa é comparar aspectos da educação básica e dos investimentos realizados nos municípios da região Oeste do Paraná, nos anos de 2007 e 2015. Utilizou-se dados secundários e estatística descritiva. Os resultados indicam melhorias em relação à educação básica, contudo, a existência de problemas recorrentes. Além disso, o índice FIRJAN- investimento caracterizou a região como Gestão em dificuldade. Esta característica pode influenciar o desenvolvimento local e a educação, considerando a necessidade de infraestrutura para acesso e permanência dos alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento; Formação de capital humano; Educação básica.

EDUCATIONAL ISSUES IN THE WESTERN REGION OF PARANÁ, YEARS 2007 AND 2015

ABSTRACT: educational issues can contribute to the development of localities and regions, as they influence the formation of human capital, however, providing a greater number of school years for the population depends on public and private investments. Thus, the objective of the research is to compare aspects of basic education and investments made in the municipalities of the western region of Paraná, in the years 2007 and 2015. Secondary data and descriptive statistics were used. The results indicate improvements in relation to basic education, however, the existence of recurring problems. In addition, the FIRJAN-investment index characterized the region as Management in difficulty. This characteristic can influence local development and education, considering the need for infrastructure for student access and permanence.

KEYWORDS: Development; Human capital formation; Basic education.

DOI: [10.25110/educere.v22i1.20228988](https://doi.org/10.25110/educere.v22i1.20228988)

¹ Doutora em Desenvolvimento Regional. Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). R. João Rosa Góes, 1761, Vila Progresso, Dourados - MS, CEP: 79825-070.

E-mail: lucianavbernardo@ufgd.edu.br

² Doutor em Geografia, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). R. João Rosa Góes, 1761, Vila Progresso, Dourados - MS, CEP: 79825-070. E-mail: maycondds@hotmail.com

³ Doutor em Geografia. Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). R. João Rosa Góes, 1761, Vila Progresso, Dourados - MS, CEP: 79825-070. E-mail: adelsomfilho@ufgd.edu.br

CUESTIONES EDUCATIVAS DE LA REGIÓN OESTE DE PARANÁ, AÑOS 2007 Y 2015

RESUMEN: Las cuestiones educativas pueden contribuir al desarrollo de las localidades y regiones, ya que influyen en la formación del capital humano, sin embargo, proporcionar una mayor cantidad de años escolares a la población depende de las inversiones, públicas y privadas. Así, el objetivo de la investigación es comparar aspectos de la educación básica y las inversiones realizadas en los municipios de la región oeste de Paraná, en los años 2007 y 2015. Se utilizaron datos secundarios y estadísticas descriptivas. Los resultados indican mejoras en relación con la educación básica, sin embargo, la existencia de problemas recurrentes. Además, el índice de inversión FIRJAN-caracterizó a la región como una gestión en dificultades. Esta característica puede influir en el desarrollo local y en la educación, teniendo en cuenta la necesidad de infraestructuras para el acceso y la permanencia de los estudiantes.

PALABRAS CLAVE: Desarrollo; Formación de capital humano; Educación básica.

INTRODUÇÃO

O Brasil é identificado como um país subdesenvolvido, ao qual, existe uma grande concentração de riquezas pertencentes a um número pequeno de indivíduos. A redução destas desigualdades pode contribuir com erradicação da pobreza, de forma, a proporcionar que as pessoas tenham melhores condições de vida, refletindo no bem-estar (SILVA, 2011). Há indicações de que a pobreza está relacionada diretamente com a educação que as pessoas recebem (RAMOS; MENDONÇA, 2005; FERREIRA; VELOSO, 2006; SANTOS, 2010). O Banco Mundial, a partir da década de 1970, passou a orientar ações em prol da redução da pobreza, em países subdesenvolvidos, utilizando a educação como estratégia para fomentar o desenvolvimento das localidades (MOREIRA, 2012). Tendo em vista que investir em educação, proporciona a formação de capital humano.

O capital humano é constituído pela formação escolar e pelos cursos e treinamentos oferecidos pelas empresas (GONZAGA, 1998). Tendo em vista, que estamos inseridos na sociedade do conhecimento, o capital humano dos indivíduos torna-se cada vez mais exigido. Como consequência, para manter-se ativo no mercado de trabalho, é exigida do indivíduo, maior quantidade de anos de estudos. Sendo que estes devem manter-se participando de atividades do conhecimento, com intuito da qualificação profissional (COSTA; COCHIA, 2013). Observa-se que a educação formal e atividades para a formação profissional, são consideradas os mais importantes componentes para a formação do capital humano (BECKER, 1993). Assim, há um consenso global que a educação é responsável por mudanças econômicas e sociais tanto

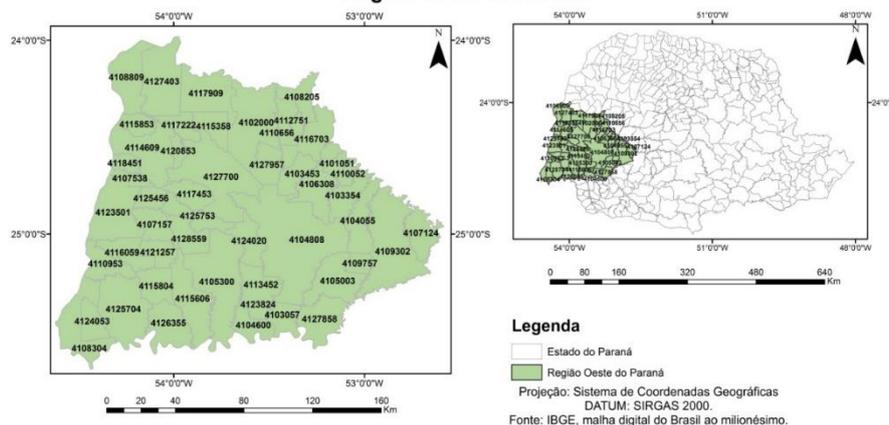
para indivíduos como para nações. Tendo em vista que existe uma tendência de que quanto maior o número de anos de educação formal, ou acesso a cursos e treinamentos profissionais, maior será a produtividade dos profissionais, bem como, o acesso a melhores condições de trabalho e oportunidades laborais (SACHS, 2015).

Desta forma, acredita-se que o capital humano tende a influenciar o desenvolvimento das regiões (NAKABASHI; FIGUEIREDO, 2008; VIANA; LIMA, 2010; MAYER; RODRIGUES, 2013; FARIA *et al.*, 2016). Sendo que, pesquisas sobre as regiões auxiliam na redução das desigualdades, principalmente em países como o Brasil, constituído por extenso território, com abundante diversidade cultural e de recursos naturais, muitas vezes, específicos a uma determinada região (MOTA, BARBOSA, FILGUEIRA, 2015). Desta forma, o objetivo da pesquisa é comparar aspectos da educação básica e dos investimentos realizados nos municípios da região Oeste do Paraná, nos anos de 2007 e 2015.

MATERIAIS E MÉTODO

A pesquisa foi realizada na Região Oeste do Paraná (Figura 1). Esta região é composta por 50 municípios, distribuídos em três microrregiões: Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu. Com área total de 2.290.859 hectares que representa 11,5% da área total do estado (FIEP/PR, 2015).

Figura 1: Região Oeste do Paraná



4101051- Anahy; 4102000- Assis Chateaubriand; 4103057- Boa Vista da Aparecida; 4103354- Braganey; 4103453- Cafelândia; 4104055- Campo Bonito; 4104600- Capitão Leônidas Marques; 4104808- Cascavel; 4105003- Catanduvas; 4105300- Céu Azul; 4106308- Corbélia; 4107124- Diamante do Sul; 4107157- Diamante D'Oeste; 4107538- Entre Rios do Oeste; 4108205- Formosa do Oeste; 4108304- Foz do Iguaçu; 4108809- Guaira; 4109302- Guaraniaçu; 4109757- Ibema; 4110052- Iguatu; 4110656- Iracema do Oeste; 4110953- Itaipulândia; 4112751- Jesuítas; 4113452- Lindoeste; 4114609- Marechal Cândido Rondon; 4115358- Maripá; 4115606- Matelândia; 4115804- Medianeira; 4115853- Mercedes; 4116059- Missal; 4116703- Nova Aurora; 4117222- Nova Santa Rosa; 4117453- Ouro Verde do Oeste; 4117909- Palotina; 4118451- Pato Bragado; 4120853- Quatro Pontes; 4121257- Ramiândia; 4123501- Santa Helena; 4123824- Santa Lúcia; 4124020- Santa Tereza do Oeste; 4124053- Santa Terezinha de Itaipu; 4125456- São José das Palmeiras; 4125704- São Miguel do Iguaçu; 4125753- São Pedro do Iguaçu; 4126355- Serranópolis do Iguaçu; 4127403- Terra Roxa; 4127700- Toledo; 4127858- Três Barras do Paraná; 4127957- Tupãssi; 4128559- Vera Cruz do Oeste.



Os dados sobre a educação básica foram coletados no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, sendo as variáveis: (I) Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, no âmbito da educação pública; (II) Censo Escolar, utilizado para estimar o número de estudantes referentes à Taxa de Rendimento por Municípios; (III) Taxa de Rendimento por Municípios, que é composta Taxa de aprovação, Taxa de Reprovação e Taxa de abandono, sendo utilizadas Taxa de Reprovação e Taxa de abandono, extraídos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2018). E Índice Firjan de Gestão Fiscal – IFGF de investimentos dos municípios que compõem a região (FIRJAN, 2018). O período da coleta de dados é 2007 e 2015, período escolhido devido todas as variáveis possuem informações.

A forma de tratamento dos dados está indicado no Quadro 1.

Quadro 1: Tratamento dos dados

Variáveis	Relação entre os anos	Representação
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)	Diferença percentual entre os anos, para cada município e ano escolar avaliado.	Mapa Temático de Símbolos Proporcionais
Rendimento	Diferença percentual entre os anos, para cada município, tipo de taxa e segmentado para o Ensino Fundamental e Médio.	Figura de Hierarquia (<i>Treemap</i>)
Índice FIRJAN de Gestão Fiscal Investimentos (IFGF Investimentos)	Comparação entre os resultados de cada indicador por município e ano.	Figura de Box spot

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O IDEB, formalmente é considerado um indicador de qualidade do Ensino Fundamental. Criado em 2007, baseia-se em dois componentes para avaliar o ensino no Brasil. O primeiro trata-se da taxa de rendimento escolar e o segundo das médias de desempenho referentes às avaliações de Língua Portuguesa e Matemática, aplicadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. As avaliações externas as unidades escolares, são aplicada para alunos do 5º ano (4ª série) e 9º ano (8ª série) escolar, contudo, o indicador estima a qualidade do aprendizado de todas as etapas dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. O Ministério da Educação (2018) discorre que o IDEB possibilita o monitoramento da qualidade do aprendizado e ainda, estabelecer metas individuais em diferentes escalas, como escolas e municípios.

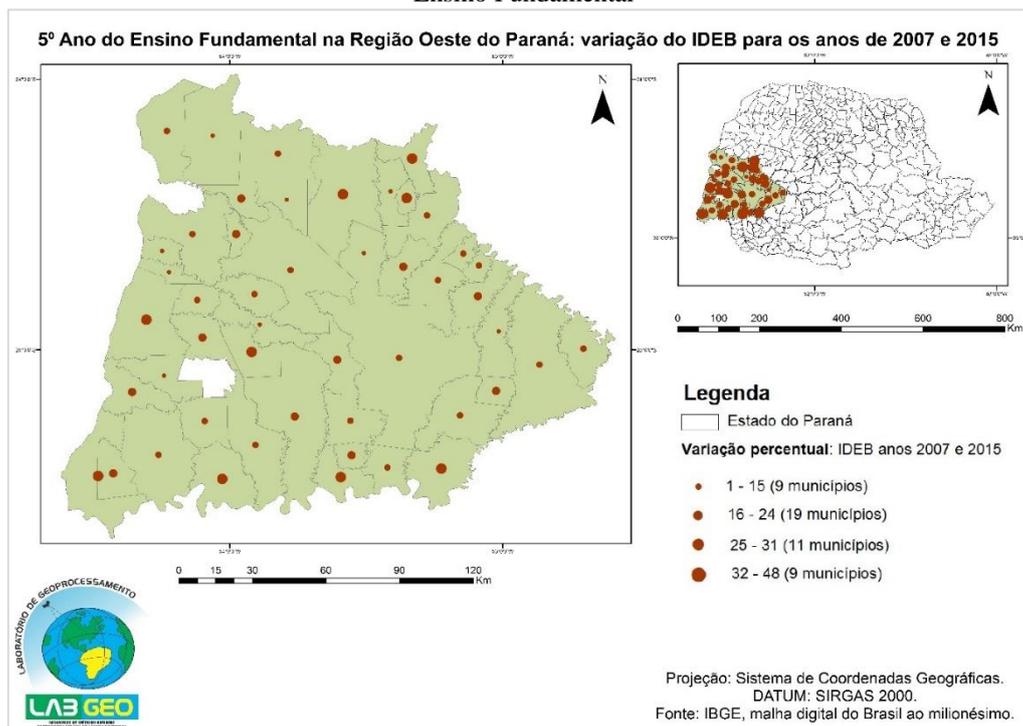
Desta forma, ao realizar observações sobre a região Oeste Paranaense, buscou-se identificar as diferenças percentuais entre os resultados do IDEB para os anos de 2007 e

2015, sendo estes, o primeiro e último ano, com resultados publicizados. Percebeu-se em relação à primeira etapa do Ensino Fundamental (Figura 2), que houve aumentos no valor do indicador, na maioria dos municípios da região, exceto nos municípios Mercedes e Ramilândia, que não tiveram alteração na pontuação obtida nos anos utilizados nesta pesquisa. Dentre estes, 19 municípios (Anahy, Boa Vista da Aparecida, Cascavel, Catanduvas, Corbélia, Diamante do Sul, Guaíra, Guaraniaçu, Iguatu, Lindoeste, Marechal Cândido do Rondon, Medianeira, Nova Aurora, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguçu, Toledo) conseguiram aumentos entre 16% e 24%, no IDEB. Mesmo não sendo o maior aumento percentual observado, é a o intervalo em que estão concentrados 38% dos municípios da região, ou seja, o intervalo com a maior frequência de municípios. A maior variação percentual refere-se ao intervalo de 32% a 48%, ao qual participam 9 municípios (Assis Chateaubriand, Capitão Leonidas Marques, Formosa do Oeste, Foz do Iguçu, Iracema do Oeste, Santa Helena, Serranópolis do Iguçu, Três Barras do Paraná e Vera Cruz do Oeste).

Além disso, nove municípios (Campo Bonito, Entre Rios do Oeste, Jesuítas, Maripá Missal, Pato Bragado, São Pedro do Iguçu, Terra Roxa e Tupãssi) constituem o grupo daqueles que obtiveram o menor aumento percentual entre 1% e 15%. Dentre estes, 4 municípios (Entre Rios, Maripá, Missal e Tupãssi) compõem o grupo formado por 60% dos municípios da região Oeste do Paraná, que obtiveram em 2015, resultado do IDEB, maior ou igual a 6,0 pontos. Há uma meta estabelecida para que as escolas até 2022 obtenham o IDEB igual a 6,0 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018). Sendo este valor, considerado um indicativo de qualidade educacional.

Observa-se que a oferta dos anos iniciais do Ensino Fundamental, é de responsabilidade dos municípios brasileiros (BRASIL, 1996). Diante deste contexto, as secretarias de educação municipal, em parceria com as instituições escolares, entre outros agentes públicos que atuam em prol da seguridade das necessidades da criança, podem utilizar os resultados do IDEB como medida para identificar possíveis melhorias que possam ser realizadas no ensino e na aprendizagem. Além disso, promover diálogos entre escolas que conseguiram resultados no IDEB maiores ou iguais a 6,0 com aquelas que ainda, não obtiveram este resultado, pode promover troca de experiências em benefício da educação básica qualitativa.

Figura 2: Diferença Percentual para os anos 2007 e 2015, em relação ao Indicador IDEB para o 5º ano do Ensino Fundamental



Percebeu-se em relação ao IDEB dos anos finais do Ensino Fundamental (Figura 3), uma situação ainda mais heterogênea na região Oeste do Paraná. Há municípios (Catanduvas, Quatro Pontes e São Pedro do Iguaçu) que reduziram o resultado do IDEB em até 8%. Em oposição, há municípios em que o IDEB aumentou entre 62% e 76% (Foz do Iguaçu e Iguatu) estas diferenças indicam situações contraditórias e extremas dentro de uma mesma região. Há também, municípios não avaliados em 2015 (São José das Palmeiras e Serranópolis do Iguaçu) devido respectivamente, a insuficiência no número de alunos participantes na Prova Brasil e não ter média na Prova Brasil, por não participar ou não atender os requisitos necessários para o cálculo do desempenho.

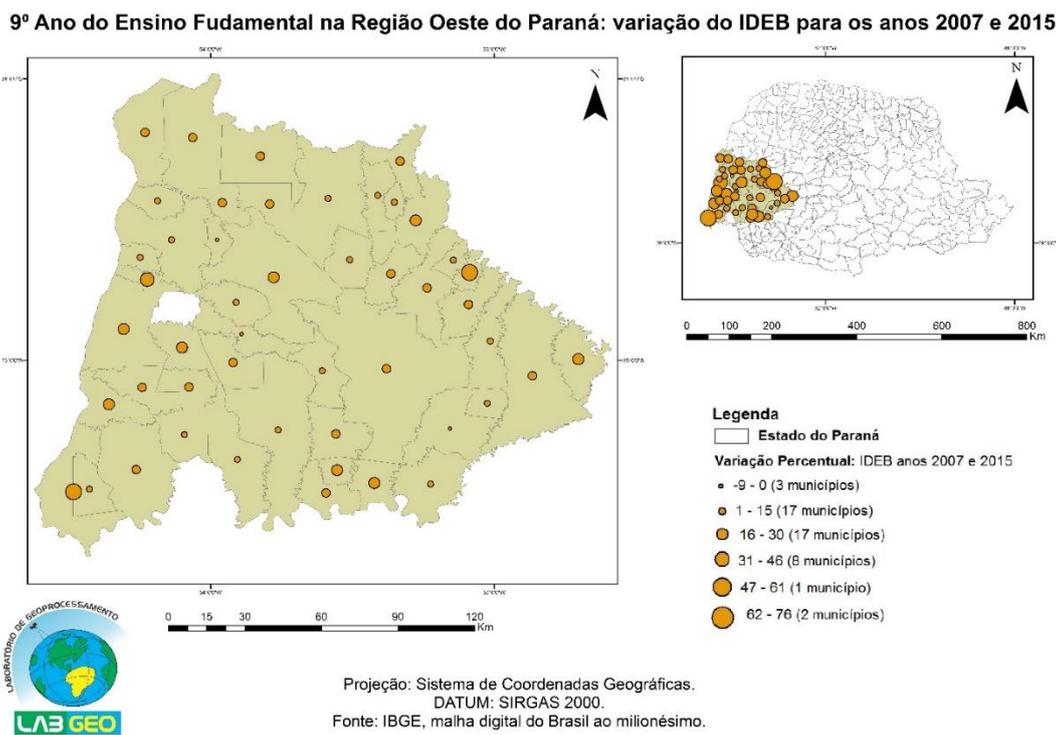
Outra característica observada neste resultado é a concentração dos municípios em dois intervalos de aumento percentual, o primeiro, referente a 1% e 15%, ao qual possui a frequência de 17 municípios (Anahy, Assis Chateaubriand, Campo Bonito, Céu Azul, Ibema, Iracema do Oeste, Jesuítas, Marechal Cândido do Rondon, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Ouro Verde do Oeste, Pato Bragado, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha do Itaipu, Três Barras do Paraná e Tupãssi) e o segundo entre 16% e 30%, composto pela mesma frequência de municípios (Braganey, Cafelândia, Capitão Leonidas Marques, Cascavel, Corbélia, Formosa do Oeste, Guaíra, Guaraiçu, Lindoeste,

Maripá, Missal, Nova Santa Rosa, Palotina, Ramilândia, São Miguel do Iguaçu, Terra Roxa, Vera Cruz do Oeste).

Desta forma, 68% dos municípios da região Oeste do Paraná, aumentaram seu IDEB em no máximo 30%. Além disso, apenas um município da região, Foz do Iguaçu, em 2015, conseguiu resultado do IDEB superior ou igual a 6,0. Ambas as características podem, ser indicativo da necessidade de investimentos na qualidade da educação nos anos finais do Ensino Fundamental. Sendo a oferta desta etapa da educação básica, responsabilidade do estado do Paraná (BRASIL, 1996). Denota-se que a educação formal é o principal componente para a formação do capital humano (NERI, 2000). Além disso, a qualificação das pessoas pode influenciar no desenvolvimento das regiões, pois o uso de tecnologias, muito utilizadas nos processos produtivos, necessita de pessoas qualificadas (VIANA; LIMA, 2010). Assim, denota-se a necessidade da existência da qualidade da educação básica oferecida na região, para que está possa com o decorrer dos anos influenciarem positivamente o desenvolvimento da mesma.

Além disso, não se desconsidera nesta pesquisa, a importância da participação dos pais na vida escolar dos alunos, sendo indiferente a idade que este aluno possua. Este acompanhamento pode contribuir com o desenvolvimento escolar dos alunos. Lembra-se que o Artigo 225 da Constituição Federal de 1988, garante que, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Queiróz (2014) reforça a questão vinculada à qualificação para o trabalho, observando a importância da formação do capital humano, como um determinante para o crescimento econômico individual e coletivo da sociedade.

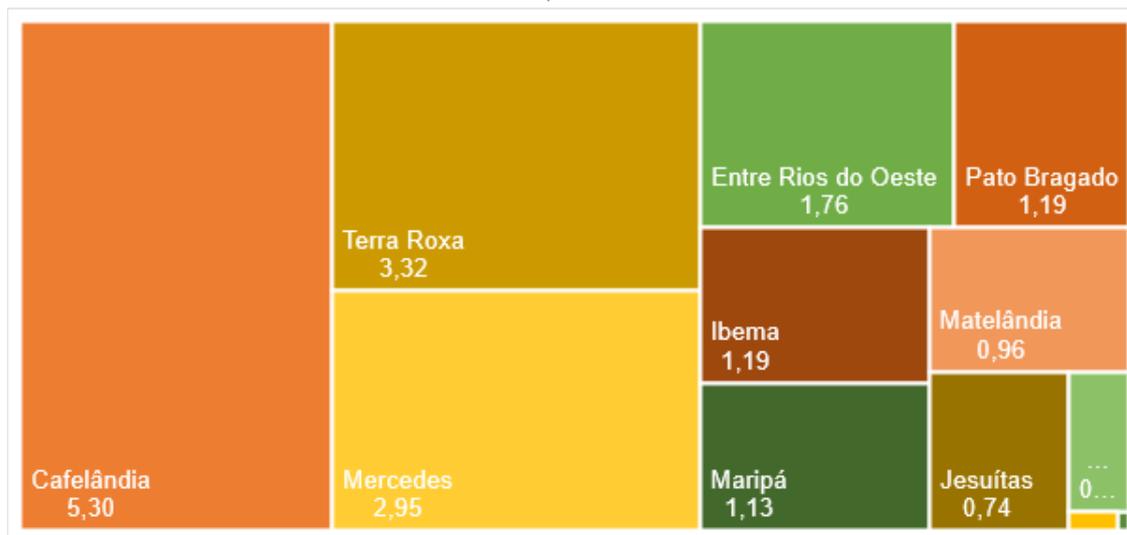
Figura 3: Diferença Percentual para os anos 2007 e 2015, em relação ao Indicador IDEB para o 9º ano do Ensino Fundamental



Cabe considerar que no contexto escolar, existem elementos relacionados ao fracasso escolar, sendo eles a evasão e a repetência que resultam na distorção idade/série, ou seja, alunos que possuem idade superior a correspondente ao ano escolar frequentado. Os fatores determinantes para estas questões podem ser identificados por atores ou contextos vinculados ao ensino e a aprendizagem. Sendo, (i) escola: não atrativa, professores despreparados, falta de motivação, entre outros fatores; (ii) aluno: indisciplina, gravidez na adolescência e falta de interesse (iii) pais/responsáveis: falta de interesse em relação as atividades do filho e falta de participação nas atividades escolares e (iv) social: violência dentro e fora do ambiente escolar e trabalho com horário incompatível com o horário escolar (AZEVEDO, 2011).

Em relação à reprovação no Ensino Fundamental, foi observado quando comparado 2007 e 2015, redução em 74% dos municípios da região. Contudo, houve municípios que elevaram o número de alunos reprovados. Estes municípios foram identificados, bem como, o percentual de aumento na reprovação (Figura 4). O maior aumento percentual observado foi 5,3% no município de Cafelândia.

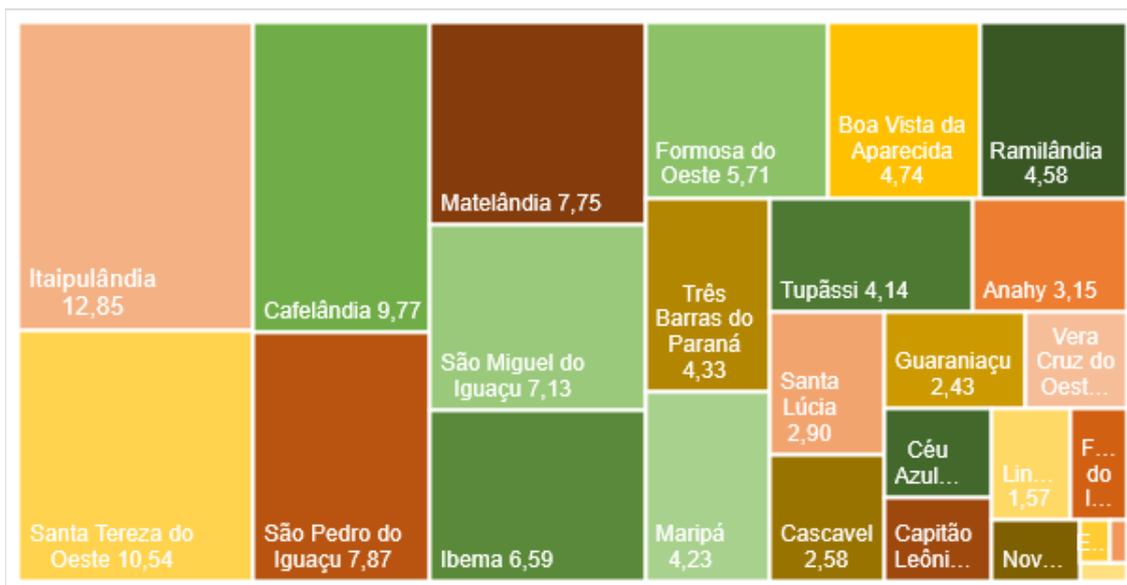
Figura 4: Municípios com os maiores percentuais de aumento da reprovação escolar no Ensino Fundamental, anos 2007 e 2015



Além disso, observou-se que 46% dos municípios duziram a reprovação de alunos do Ensino Médio. Depreende-se um número menor em relação ao Ensino Fundamental. Também foram identificados os percentuais de aumento na reprovação referentes ao Ensino Médio (Figura 5). O maior aumento percentual é de 12,8%, referente ao município de Itaipulândia.

A reprovação escolar é compreendida de formas diferentes ao longo da história da educação. Nos anos 80, questões sociais, como a fome, justificavam a reprovação escolar, a partir da década de 1990, mantendo-se esta interpretação, a reprovação passa a ser culpa do aluno ou de sua família (MOURA; SILVA, 2013; VASCONCELLOS, 2010). O fato é que diferentes motivos podem tentar justificar a responsabilidade pela reprovação ocorrida na educação básica, contudo a identificação de motivos não é suficiente para modificar esta situação. Além disso, indiferente dos motivos que possa tentar justificar a reprovação de um aluno, para Leon e Menezes-Filho (2003), a reprovação escolar é um grave problema no sistema educacional e reflete negativamente sobre a permanência do indivíduo no espaço escolar. Assim, ela deve ser tratada como um problema que ultrapassa os muros escolares, pois refletirá na atuação dos indivíduos na sociedade.

Figura 5: Municípios com os maiores percentuais de aumento da reprovação escolar no Ensino Médio, anos 2007 e 2015



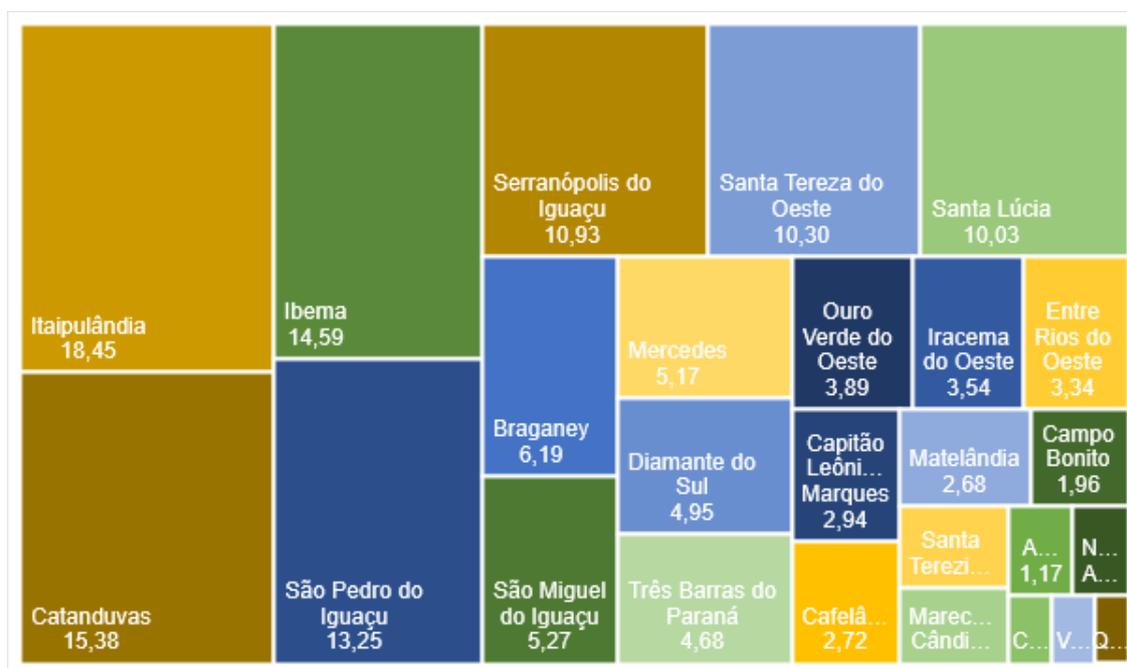
Neste conjunto de insucessos escolares, o abandono escolar é outro fator preocupante na educação básica e que pode influenciar na formação de capital humano. Ocorre que ao comparar os anos de 2007 e 2015, percebeu-se que 74% dos municípios reduziram o abandono escolar, porém esta redução não ultrapassou 8%. A Figura 6 traz informações sobre os municípios que aumentaram o número de alunos que abandonaram o Ensino Fundamental. O maior aumento identificado foi de 1,60%, no município de Anahy.

Figura 6: Municípios com os maiores percentuais de aumento do abandono escolar no Ensino Fundamental, anos 2007 e 2015



No Ensino Médio, a situação torna-se mais complexa, 46% dos municípios da região, reduziram o abandono escolar, nos anos pesquisados. Além disso, os percentuais de aumento de abandono escolar, nos demais municípios, são maiores do que no Ensino Fundamental (Figura 7). O maior percentual observado foi de 18,4% no município de Itaipulândia. A evasão ou abandono escolar contribui para o aumento da pobreza e da falta de qualidade de vida dos indivíduos. Tendo em vista que as pessoas sujeitam-se a condições precárias no mercado de trabalho. Executando atividades com menores remunerações devido à baixa escolaridade. Além disso, estão condicionadas a depender de programas governamentais com maior frequência, devido à baixa remuneração (ALVES; NASCIMENTO, 2017). Desta forma, a situação contrária, investir em educação de forma a reduzir o abandono e a reprovação dos alunos, a partir da perspectiva qualitativa da educação, pode contribuir com melhorias no cotidiano das pessoas, devido seu acesso a melhores oportunidades laborais (MAYER; RODRIGUES, 2013). Além do que, regiões com maiores investimento em educação, saúde e alimentação tendem a ser mais desenvolvidas (VIANA; LIMA, 2010).

Figura 7: Municípios com os maiores percentuais de aumento do abandono escolar no Ensino Médio, anos 2007 e 2015

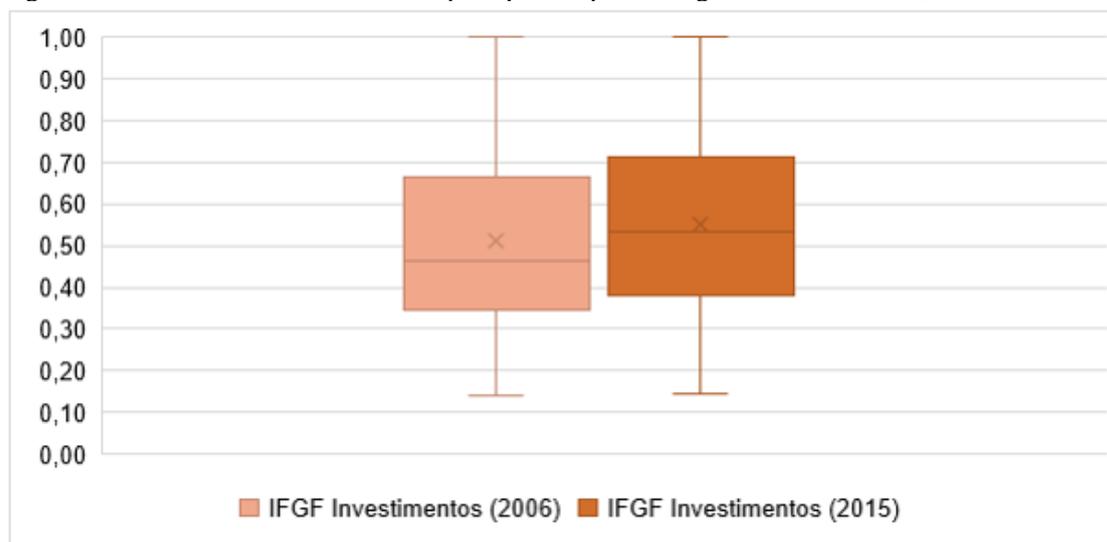


Referir-se a investimentos em educação é um discurso que vem sendo abordado por diferentes autores, devido à compreensão sobre os benefícios, ou seja, o retorno que este investimento poderá trazer para a sociedade. Em relação aos anos utilizados na pesquisa, foi observado, a partir do índice FIRJAN de Gestão Fiscal, o desempenho dos

municípios que compõem a região Oeste do Paraná, em relação aos investimentos (Figura 8). Ou seja, a destinação do orçamento para investimentos no município, ao qual promovam o bem-estar da população e possa aumentar a produtividade do trabalhador, exemplos destes investimentos são, hospitais equipados, escolas, transporte público eficiente e iluminação pública qualitativa (FIRJAN, 2017).

Em relação aos investimentos, denota-se que em 2006 a média correspondeu a 0,51, ou seja, a classificação da região no índice FIRJAN, em média, corresponde ao conceito C - Gestão em Dificuldade. Contudo, percebe-se que a região é heterogênea em relação à classificação dos municípios, pois o menor valor identificado é 0,1 e o maior 1,0. Além disso, a mediana dos municípios da região estudada apresenta baixo valor de IFGF Investimento. Em 2015, mesmo havendo aumento na média do IFGF Investimentos, a situação na classificação não se altera. No que se referem às escolas, considerando a responsabilidade legal dos municípios em oferecer a primeira etapa do Ensino Fundamental, baixos investimentos, podem comprometer a aquisição dos primeiros componentes curriculares dos alunos.

Figura 8: IFGF Investimentos dos municípios que compõem a região Oeste do Paraná, anos 2006 e 2015



Cabe indicar que a disponibilidade de infraestrutura em determinado espaço, como um município ou região, é um indicador para identificar as condições de desenvolvimento. Desta forma, os investimentos em infraestrutura podem colaborar com o desenvolvimento dos municípios e da região e sua ausência restringir as possibilidades de desenvolvimento (IPEA, 2011). Assim, o indicativo oferecido pela FIRJAN, de práticas de baixo investimento, nos municípios da região Oeste do Paraná, pode dificultar

a implementação de atividades que possibilitem o crescimento econômico e melhorias para a população residente na mesma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se com os resultados apresentados em relação ao IDEB da região Oeste do Paraná, que em diferentes medidas, para os municípios, o indicador na maioria dos casos está apresentado melhores resultados. Principalmente, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, contudo, ainda há municípios, que não obtiveram a meta final desejada (6,0). A segunda etapa do Ensino Fundamental necessita de atenção maior das ações governamentais, tendo em vista, a heterogeneidade apresentada pelo desempenho dos municípios. Denota-se que investimento em ações na educação dos municípios da região poderá significar melhorias para a educação do Estado do Paraná, tendo em vista a influência nos resultados do IDEB do estado.

Nos municípios estudados, os problemas escolares são recorrentes, o comportamento da distorção idade-série, devido à reprovação e a desistência dos alunos puderam ser identificados ao longo do texto. Neste caso, o Ensino Médio é a etapa da Educação Básica que tem os maiores percentuais de reprovação e desistência. Independente dos motivos que resultam na reprovação e desistência de alunos da educação básica observa-se que estes indicadores são péssimos para o aluno. Eles representam a impossibilidade da continuidade dos anos escolares em tempo regular. Acredita-se que em relação à aprendizagem, as instituições escolares precisam ter ações amparadas pelos municípios ou estado, dependendo da rede escolas em que estão inseridas, para incentivar a permanência e a aprendizagem dos alunos no decorrer do ano escolar.

Além disso, a classificação média da região no conceito C-Gestão em dificuldade, do índice FIRJAN-investimentos, é um indicativo negativo para a região. Os municípios precisam ter recursos para realizar investimentos com o intuito de melhorar a qualidade de vida dos indivíduos. Esta qualidade, presente no cotidiano das pessoas, pode impactar o desempenho educacional dos alunos. Tendo em vista, que o acesso à unidade escolar (distância e meio de transporte utilizado), a alimentação dos estudantes (dependentes da renda/emprego dos pais), serviços de saneamento básico e saúde oferecidos nos municípios, podem influenciar na permanência e desempenho escolar. Ambas as indicações, referem-se ao investimento que os municípios devem fazer em favor de seu desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 292 p. 1988.

_____. **IFGF 2017**: índice FIRJAN de gestão fiscal, ano base 2016. Publicações FIRJAN. 34 p. 2017. Disponível em: <<http://publicacoes.firjan.org.br/ifgf/2017/files/assets/common/downloads/publication.pdf>>. Acesso em: fev. 2018

ALVES, N. A.; NASCIMENTO, H. A. S. Evasão escolar no meio rural: estudo de caso na escola família agrícola de Chapadinha. **Revista Eixo**, v. 6, n. 2, p. 32 – 39, 2017.

AZEVEDO, F. V. M. Causas e consequências da evasão escolar no Ensino de Jovens e Adultos na Escola Municipal “Espedito Alves”. Monografia (Especialização em Educação) – Faculdade de Natal, Natal. 2011.

BECKER, G. S. **Human Capital**: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. 3. ed. Chicago: The University of Chicago Press, p. 390, 1993.

BRASIL. Lei nº. 9394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf>. Acesso em: fev. 2018.

COSTA, C. J.; COCHIA, C. B. R. A expansão do ensino superior no Brasil e a Educação à Distância: instituições públicas e privadas. **Revista Teoria e Prática da Educação**, v.16, n.1, p. 21 – 32, 2013.

FARIA, H. J.; MONTESINOS-YUFA, H. M.; MORALES, D. R.; NAVARRO, C. E. Unbundling the roles of human capital and institutions in economic development. **European Journal of Political Economy**, v.45, p.108–128, 2016.

FERREIRA, S. G.; VELOSO, F. A reforma da educação. In: PINHEIRO, A. C.; GIAMBIAGI, F. **Rompendo o marasmo**: a retomada do desenvolvimento no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

FIEP/PR - Federação das Industriais do Estado do Paraná. Paraná em dados – 2015, p. 67, 2015. Disponível em: <http://www.fiepr.org.br/observatorios/uploadAddress/Parana_em_Dados_2015%5B62837%5D.pdf>. Acesso em jan. 2018.

FIRJAN. Índice FIRJAN de Gestão Fiscal. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/ifgf/>>. Acesso em: fev. 2018.

GONZAGA, G. Rotatividade, qualidade do emprego e distribuição de renda no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 18, n. 1, p. 120-140, 1998.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Dados. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/dados>>. Acesso em: fev. 2018.

IPEA. **Saneamento básico no Brasil**: desenho institucional e desafios federativos. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/>>. Acesso em: mar. 2018.

LEON, F. L. L.; MENEZES-FILHO, N. A.. Reprovação, avanço e evasão escolar no Brasil. Pesquisa e Planejamento Econômico, PPE, 32, 417-451, 2003.

- MAYER, F. G.; RODRIGUES, W. A influência do capital humano sobre o desenvolvimento econômico: um olhar sobre a educação. **Revista de Administração do UNISAL**, v.3, n.3, p. 1-16, 2013.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. IDEB apresentação. 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/programas-e-acoes?id=180>>. Acesso em: fev. 2018.
- MOREIRA, C. J. de M.; SOUZA, M. B de; CARNEIRO, V. L. A configuração das políticas públicas para a educação básica no Brasil e o trabalho docente. **R. Pol. Pública**, São Luís, v. 16, n.2, p. 307-315, 2012.
- MOTA, M. K. F.; BARBOSA, R. S.; FILGUEIRA, J. M. Desenvolvimento regional baseado na educação: uma análise insumo-produto no estado do Rio Grande do Norte – Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 11, n. 1, p. 206-223, 2015.
- MOURA, E. M.; SILVA, J. C. da. **Reprovação escolar**: discutindo mitos e realidade. 2007. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/370-2.pdf>>. Acesso em: fev. 2018.
- NAKABASHI, L.; FIGUEIREDO, L. de. Mensurando os impactos diretos e indiretos do capital humano sobre o crescimento. **Economia Aplicada**, v.12, n.1, p. 151-71, jan/mar 2008.
- NERI, M. Políticas estruturais de combate à pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Coord.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2000.
- QUEIRÓS, A. S. S. Crescimento econômico, capital humano e especialização produtiva: uma análise empírica. Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Portugal, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/USER/Downloads/ANABELA_QUEIROS.pdf>. Acesso em: fev. 2018.
- RAMOS, L.; MENDONÇA, R. Pobreza e desigualdade de renda no Brasil. In: GIAMBIAGI, F. et al. **Economia brasileira contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- SACHS, J. D. **The age of sustainable development**. New York: Columbia University Press, 2015.
- SANTOS, M. A. **Importância econômica do setor educação no Paraná em 2006: uma análise insumo-produto** / Mari Aparecida dos Santos. – Londrina, 2010. 85 f.: il. Orientador: Antônio Carlos Moretto. Dissertação (Mestrado em Economia Regional) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Economia Regional, 2010.
- SILVA, N. F.; PEREIRA, M. G.; FREITAS, M. A. V. Rural electrification and energy poverty: empirical evidences from Brazil. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**. v. 14, n.4, p. 1229–1240. 2010.
- VASCONCELLOS, C. S. **O Desafio da Qualidade da Educação**. In: Conferência Nacional de Educação, 2010.
- VIANA, G.; LIMA, J. F. Capital humano e crescimento econômico. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 11, n. 2, p. 137-148, jul./dez. 2010.

Recebido em: 26/09/2022

Aceito em: 24/10/2022